

PRINCÍPIOS DIRETRIZES IDENTIDADE PARTIDÁRIA

PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024



O Brasil que vai às urnas neste ano é um espaço geopolítico notável, consolidado como Estado nacional, com desigualdades regionais que se reduzem e sem tensões territoriais importantes, tem uma sociedade plural e dinâmica, que se vê como uma mesma comunidade imaginária: somos todos brasileiros. Há pouco mais de um ano, o país superou os riscos de um grave retrocesso político, que colocaram em ameaça à democracia conquistada desde 1985, entre os quais a tentativa de golpe de estado no dia 8 de janeiro de 2023, cuja extensão ainda está sendo investigada.

Por isso mesmo, neste ano, as eleições municipais, cuja tradição remonta à criação das primeiras vilas do Brasil colonial, com características que sempre foram centrífugas e pautadas pela política local, terão também uma tendência de polarização a partir do choque entre o atual governo de coalizão democrática e a oposição.

Em relação à questão econômica, deve ser considerada a análise do cenário macroeconômico, anexa a este documento.

Nessa conjuntura, é necessário que seja priorizada, nos pleitos municipais, a construção de chapas próprias do Cidadania e do PSDB, que são parceiros na Federação. Prestigiando as peculiaridades locais, as coligações devem estar respaldadas no compromisso com a democracia, com as instituições republicanas e com os princípios e diretrizes partidárias abaixo apresentados, o que deve ser observado tanto no primeiro, quanto no segundo turno.



Introdução

Importância das cidades

No centro da disputa nas eleições municipais, principalmente nas grandes e médias cidades, estão as contradições geradas pela “modernização conservadora” e urbanização acelerada, que provocaram na esfera das cidades a mesma iniquidade social que havia no campo. Nos últimos anos, com a concentração de renda e a falta de políticas públicas adequadas, sobretudo nos setores de habitação e transportes, passaram a saltar ainda mais aos olhos, nas ruas e praças, os altos índices de desemprego e a degradação dos padrões urbanos dos centros históricos das grandes cidades e suas periferias, reflexos do agravamento das desigualdades e das injustiças sociais.

Segundo o relatório de 2003 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o

Brasil, ao fim do ano 2000, registrava a sexta pior distribuição de renda do mundo, só menor que as de Namíbia, Botsuana, Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. Enquanto não for resolvida essa imensa e persistente desigualdade – e seu corolário, causa e efeito: o absoluto fracasso na educação de massa –, o Brasil será, cada vez mais, uma sociedade dividida e pouco competitiva, condenada a ver se ampliar o golfo crescente que o separa das nações mais prósperas. Isso se reflete nas cidades como uma espécie de “apartheid” urbano, agravado pela captura das políticas públicas por grandes interesses corporativos ou privados, inclusive na educação, na saúde, na habitação e nos transportes. Sem falar na violência urbana e na captura territorial por parte das grandes quadrilhas de tráfico de drogas e narcomilícias.



Cidades inteligentes

O conceito mais comum de cidades inteligentes é o de uma cidade interligada e conectada, de forma que as pessoas que nela vivem tenham acesso a esta conectividade e aos benefícios que ela traz.

No entanto, é preciso ir além deste conceito simplista. Cidade inteligente deve ter como centro o ser humano e a sua infraestrutura física, de internet, de negócios e social. Por isso, precisa se conectar a serviço do ser humano.

Cidade Inteligente é aquela que tem o ser humano como centro, e a sua governança, assim como sua infraestrutura, está a serviço da melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas de uma cidade.

2

GOVERNANÇA

A governança de uma cidade inteligente deve levar em conta alguns fatores, como:

TRANSPARÊNCIA:

Ações que podem ser alcançadas por meio de consultas públicas, a exemplo de sites acessíveis.

CONSELHOS:

Ativação em maior número de conselhos de direitos e conselhos gestores, além de conselhos consultivos para ouvir a população.

ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA E DESBUROCRATIZADA:

Por meio de centros administrativos integrados, possibilita que a população esteja presente em um único local para resolver todas as suas questões, com auxílio de um sistema de fácil acesso e que desburocratiza os serviços.

INCLUSÃO DIGITAL

A inclusão digital deve garantir acesso a todas as pessoas ao mundo digital e aos seus benefícios. Tratar a inclusão digital, desde a primeira infância até a terceira idade, é de suma importância para as cidades inteligentes. O acesso às tecnologias é um dever de todos os entes da cidade, sejam públicos sejam privados, para possibilitar desenvolvimento amplo no quesito digital.

A inclusão digital, efetivamente, precisa de três requisitos:

- (1) dispositivo para conexão;
- (2) acesso à rede e
- (3) o domínio dessas ferramentas.

Dispositivo: Garante que toda a população tenha acesso a computadores, tablets e smartphones.

Rede: Proporciona acesso à rede de internet de alta velocidade a todo cidadão.

Ferramentas: Possibilitam a todos o real funcionamento e utilização de instrumentos disponíveis, em especial a pessoas de baixa renda e idosos.



A infraestrutura urbana nas cidades inteligentes deve partir do preceito do planejamento nas construções tanto de edifícios públicos e privados quanto nas vias públicas e nas demais instalações urbanas. A partir desta premissa, haverá pilares de sustentação de uma cidade inteligente, entre eles a **conectividade**, a **segurança pública**, a **sustentabilidade** e a **mobilidade**, com os quais é possível construir cidade que esteja a serviço de todo cidadão.

A interligação eficiente da área central de uma cidade com os seus bairros – no caso de cidade de pequeno ou médio porte – é de

fundamental importância para que seu núcleo vivo esteja em consonância. Já nas cidades de grande porte, é importante que os bairros tenham vidas próprias e ações efetivas no seu dia

INFRAESTRUTURA

CONECTIVIDADE

Propicia o acesso da população a sistemas, ambientes e dispositivos, possibilitando desta forma que o cidadão esteja mais conectado à cidade e suas demandas.

SEGURANÇA PÚBLICA

Uma cidade inteligente é a que proporciona ao seu cidadão a possibilidade de andar tranquilamente pelas suas ruas. Dessa forma, o investimento em tecnologias de segurança, como câmeras e reconhecimento facial, assim como o treinamento de polícia mais humanizada, entre outras ações, pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida.



SUSTENTABILIDADE

É um dos principais fatores, senão o principal, para que a cidade inteligente possa se desenvolver. Para tanto, é necessário considerar a eficiência energética, a mobilidade urbana e a acessibilidade, sem se esquecer da gestão eficiente de resíduos.

MOBILIDADE

Interligação de modais, como o uso de bicicletas e transporte coletivo, pode contribuir de forma significativa para que o usuário tome suas decisões baseadas em tecnologia e comunicação eficientes, facilitando o deslocamento dentro da cidade. Para as cidades de médio/grande porte, além da interligação de modais, é importante um sistema de transporte público **tecnológico** que permita ao usuário tomar

decisões em tempo real; compartilhar veículos por meio de sistemas de aplicativos ou outro parecido; usar estacionamentos inteligentes que ocupem pouco espaço territorial e mais modernos, assim como veículos autônomos, além de ter à sua disposição bicicletas, scooters, patinetes, entre outros sistemas elétricos de transporte individual, preferencialmente interligados e com informações disponíveis digitalmente.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

É comum se ouvir falar que a economia nas cidades inteligentes ocorre a partir dos startups da infraestrutura fornecida pelo Estado para incubadoras, entre outras parcerias público-privadas que possam incentivar o desenvolvimento econômico, em especial na área de tecnologia. No entanto, uma cidade inteligente com foco no ser humano pode partir do preceito de melhoria do sistema já existente na sua economia, como agricultura sustentável e empresas com a premissa da sustentabilidade. O investimento nessas áreas pode gerar maiores recursos financeiros e

um nicho de mercado ainda em crescimento no mundo.

Considerando o objetivo das cidades inteligentes de proporcionar melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, é necessário ter projetos para todos aqueles que residem na cidade. Portanto, projetos de educação, habitação popular, renda mínima e retirada das pessoas em situação de rua daquele momento em que se encontram devem, obrigatoriamente, fazer parte do plano da cidade inteligente, para, dessa forma, atingir a todos os moradores da cidade, pois o desenvolvimento deve ser coletivo e não para uma parte da população.



POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE RISCOS E DE CONTENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS:

Com a crise climática que assola o mundo, as cidades inteligentes devem contar com um planejamento adequado de diminuição de riscos e prevenção de desastres naturais, bem como devem promover e regulamentar uma clara política pública para ações imediatas e eficazes com os objetivos de diminuir os impactos na ocorrência desses eventos, de modo a evitar a perda de vidas e atenuar os prejuízos econômicos.

3

REDUÇÃO DA DESIGUALDADE, META NACIONAL PRIORITÁRIA

Em um mundo onde o avanço tecnológico é acelerado e abrangente, a precariedade educacional é fatal para a população. Os problemas graves enfrentados pelo Brasil têm, na falta de projeto nacional e consistente para a educação, uma face particularmente perversa e danosa. O acesso universal e em condições de igualdade a bens públicos, como educação, é condição essencial para o exercício da cidadania e a consolidação da democracia no país. O país ainda está longe dessa meta, e não faltaram recuos nesse campo, nos últimos anos.

Essa desigualdade convive com a insuficiência na capacidade brasileira de garantir a todos seus cidadãos os direitos fundamentais. Em 2021, segundo o Ministério da Saúde, apenas pouco mais de 1/4 das crianças do país faziam três refeições diárias, por exemplo. Conquistas civilizatórias convivem com misérias insuportáveis, que exigem maior compromisso para sua erradicação, tarefa que deve ser tratada com prioridade em reação a todas as outras na gestão pública do Brasil.

As situações de pobreza e de desigualdade não são sinônimas, e a persistência de ambas no país tem a ver com a incapacidade de se direcionar sistema educacional para um projeto realmente modernizador e de superar os erros de políticas nacional-desenvolvimentistas ou de soluções pretensamente liberais do passado, que fracassaram na tarefa de ampliar com qualidade a inserção do Brasil no mundo globalizado e interdependente. A base da pirâmide da desigualdade é a má qualidade do ensino básico, ainda que

universalizado, um tema obrigatório nos debates das eleições municipais.

É preciso ter a consciência de que não será apenas o aumento do consumo ou do acesso aos bens materiais que fará a desigualdade cair de modo sustentável em qualquer país. Superar a pobreza tem sua relação principal com a capacidade produtiva. Nela se encontram a tecnologia e o trabalho, entre outros. Já a desigualdade guarda relação íntima com instituições informais e valores morais.

Apesar de ter atingido seu ápice nos anos de 2018 e 2019, a melhora observada nos anos seguintes não se mostra sustentável, pois conforme dados de 2022 obtidos pelo PNAD – Programa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE, para um universo de incertezas uma vez que essa redução se deu em razão de forte intervenção pública na concessão de auxílios governamentais em programas de transferência de renda combinada com alguma melhora no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, a produtividade caiu. De qualquer modo, após a pandemia, a distância entre os extremos nos grupos de renda se acentuaram, indicando que os mais ricos chegam a ganhar trinta e nove vezes mais que os mais pobres, segundo o PNAD.

Para ir além do combate à pobreza e criar de fato uma política de redução da desigualdade, o Brasil e no âmbito local, os Municípios brasileiros precisam ampliar equitativamente a capacidade laboral, educacional e tecnológica de sua população.



EDUCAÇÃO

É fato conhecido que o Brasil tem um histórico de mau desempenho em rankings internacionais de educação, especialmente na educação básica. No último PISA, realizado em 2019, o país esteve entre os 20 piores resultados nas três áreas de avaliação: matemática, leitura e ciências. A pandemia agravou este cenário. Segundo levantamento realizado pelo programa Todos Pela Educação, em 2021, havia 244 mil jovens entre 6 e 14 anos fora das escolas, e 40,8% das crianças entre 6 e 7 anos não sabiam ler ou escrever.

Do ponto de vista orçamentário, o Brasil dedica menos recursos por aluno, em comparação com os países desenvolvidos (mesmo em termos de poder de paridade de compra). Apesar disso, com o percentual do PIB, os gastos brasileiros com educação superam os de países emergentes e de países desenvolvidos, como a Alemanha. Com a mudança do perfil demográfico brasileiro, a tendência é que os gastos por aluno convirjam para valores semelhantes aos de países desenvolvidos, mas não há motivos para crer que isso resultará em mudanças radicais para a qualidade do ensino. A pergunta não é o quanto se gasta, mas como se gasta.

É preciso, assim, foco e eficiência na concretização do tripé **Ensino, Formação e Avaliação**.

A educação desempenha papel fundamental na renda e na qualidade de vida da população. Além da liberdade financeira, a educação, aliada à cultura, tem o poder de libertar intelectualmente. Mais do que uma ferramenta para o mercado de trabalho, educação e cultura possibilitam o pensamento crítico e o exercício da reflexão, essenciais para o desenvolvimento e a formação pessoal de cada indivíduo.

EDUCAÇÃO E RENDA

Segundo James Heckman, laureado do Prêmio Nobel de Economia, o investimento do governo na educação de um aluno provoca um retorno para sociedade inversamente proporcional à idade do aluno. Em outras palavras, Heckman demonstrou em seu trabalho que os ganhos de produtividade são maiores se houver investimentos na educação básica, em comparação com o ensino superior. No Brasil, há um caso excepcional de sucesso em políticas públicas de educação básica: Sobral. Este município cearense, que há alguns anos não tinha qualquer destaque em educação, se tornou o primeiro colocado no ranking nacional de educação básica. O bom desempenho pode ser amplamente replicado nos municípios brasileiros, com a implementação de políticas como:

- I) Estabelecimento de metas;
- II) Investimento especial para a alfabetização na idade certa;
- III) Sistemas de incentivos para professores que obtiverem bons resultados;
- IV) Qualidade da rede física escolar;
- V) Intercâmbio de informação e técnicas pedagógicas entre professores.

CULTURA E COMPETÊNCIAS

A educação básica deve estar cada vez mais integrada aos patrimônios e acervos locais, conectando crianças e jovens a museus, parques, teatros, cinemas e outros espaços onde poderão ter acesso à arte, ao patrimônio histórico e à cultura.

Para isso, os equipamentos culturais devem estar em permanente diálogo com as escolas locais. A experiência de fazer arte é uma característica essencialmente humana, que ajuda na formação socioemocional das crianças.

É preciso que as escolas se tornem um espaço convidativo para jovens exercitarem competências socioemocionais, com atividades de leitura, música, esporte e arte em grupo.



INCLUSÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE

É essencial abordar a importância da acessibilidade nas escolas para pessoas com deficiência. A falta de infraestrutura adequada e o treinamento insuficiente de professores e funcionários podem causar constrangimentos significativos e impedir que jovens estudantes se integrem socialmente. Por isso, é fundamental garantir que todas as escolas estejam equipadas com rampas, banheiros adaptados, sinalização em Braille e outros recursos necessários para atender a todos os alunos, independente de suas condições. Além disso, é crucial oferecer formação contínua aos educadores e funcionários sobre como melhor atender e integrar estudantes com deficiência, garantindo um ambiente inclusivo e igualitário para todos.

Outra questão primordial é o papel das escolas no combate ao racismo estrutural. Considerando que a maior parte dos jovens que frequentam as escolas públicas municipais são negros de baixa renda, é vital implementar políticas educacionais que enfrentem e combatam o racismo. Isso inclui a realização de debates sobre as histórias e as contribuições de afro-brasileiros no currículo, a promoção de debates e atividades que conscientizem sobre as desigualdades raciais e o incentivo à diversidade e a inclusão em todos os aspectos da vida escolar. Por meio da educação, é possível formar uma geração mais consciente e menos tolerante com as diversas formas de discriminação racial.

Por fim, é de suma importância abordar a equidade de gênero nas escolas. O Brasil ocupa a 78ª

posição no ranking de igualdade de gênero do Índice de Gênero dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - 2022. Há um imenso desafio em questões como o combate à gravidez precoce, à violência doméstica, à violência sexual e à disparidade salarial. É imprescindível defender a educação sexual nas escolas, com projetos pedagógicos de acordo com a faixa etária dos estudantes, abordando temas como prevenção ao assédio sexual, saúde menstrual e reprodutiva, prevenção de IST's e métodos contraceptivos. Destaca-se, como exemplo de boa política, a importância de espaços de acolhimento como a Casa da Mulher Carioca, programa da prefeitura do Rio de Janeiro que oferece cursos profissionalizantes e suporte legal, psicológico e de políticas de habitação para vítimas de violência doméstica.



CRECHES E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL

Além de padrão nos países desenvolvidos, o ensino em tempo integral já demonstrou sua capacidade de promover a redução das desigualdades sociais, o maior aprendizado e o desenvolvimento educacional, bem como a maior integração comunitária.

O ensino em tempo integral garante tranquilidade à família, em especial às mães que almejam ingressar no mercado de trabalho, para que possam exercer uma profissão sabendo que seus filhos estão em locais seguros e com acompanhamento. Neste caso, crianças e jovens ficam distantes dos perigos das ruas e de influências nefastas.

A infraestrutura deve ser pensada em ambiente agradável, onde a permanência se torne algo atrativo aos estudantes. Por isso, equipamentos esportivos, laboratórios, espaços de tecnologia, artes e estudos devem ser oferecidos aos discentes.

O currículo deve estar adequado às diretrizes curriculares contemporâneas, com conhecimento de alto nível teórico, combinado com ensino prático para a vida social, profissional e econômica.

Devem ser garantidas ao menos três refeições diárias, com orientação nutricional, de modo a que se forneça alimentos de qualidade, nutritivos e saudáveis, o que propicia, inclusive, melhor rendimento escolar.

Assim, a defesa intransigente de creches e escolas de tempo integral é uma importante bandeira partidária. Defende-se, ainda, um novo pacto federativo que inverta o modelo vigente e assegure melhores condições de financiamento e recursos aos municípios, aos quais se incumbe a implementação de políticas públicas de educação básica. Devem ser garantidas ao menos três refeições diárias, com orientação nutricional, de modo a que se forneça alimentos de qualidade, nutritivos e saudáveis, o que propicia, inclusive, melhor rendimento escolar.

Assim, a defesa intransigente de creches e escolas de tempo integral é uma importante bandeira partidária. Defende-se, ainda, um novo pacto federativo que inverta o modelo vigente e assegure melhores condições de financiamento e recursos aos municípios, aos quais se incumbe a implementação de políticas públicas de educação básica.



DEFESA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Outro desafio é a questão da segurança pública, que urge no Brasil. Para além da tragédia pessoal de milhares vítimas diárias, há o aspecto econômico. Regiões degradadas pela violência tendem a declinar, pois empresas evitam essas áreas ou saem delas, o que reflete na acentuada queda de investimentos e empregos, além de contribuir para um nefasto ciclo vicioso. As classes menos favorecidas são as mais expostas à violência e à criminalidade.

O modelo de segurança pública dos últimos dois séculos, que se inicia com a chegada da corte real portuguesa ao Brasil em 1808, faliu completamente. A estrutura de segurança brasileira é arcaica, com polícias aquarteladas, violentas e afastadas da sociedade, o que facilita a infiltração de elementos corruptos e corruptores. Não há ainda um sistema nacional que coordene esforços nos estados e municípios. Os municípios, por sua vez, só há poucas décadas, iniciaram seu papel e assumiram responsabilidade na segurança pública. Ainda assim, sua atuação é muito restrita e tem problemas de competência quanto ao tema.

Esse cenário reforça que o Brasil vive o drama da chamada "mexicanização", ou seja, bolsões de seu território estão sob controle de facções criminosas paramilitares. Suas populações vivem tiranizadas e exploradas, sem ter a quem recorrer, pois o Estado não se faz mais ali presente, e serviços públicos básicos já não são mais oferecidos pelas instituições, mas por facções e elementos criminosos. É necessário retomar esses territórios. Isso não se dará somente pela intervenção policial ou militar, como se fosse uma força militar invasora.



Por um lado, é necessário identificar e prender os criminosos, mas também intervir nas regiões mais violentas, redesenhando seus aspectos urbanísticos. Favelas não podem ser bolsões de pobreza dentro das cidades, mas, sim, bairros incorporados ao cenário urbano. Nesse sentido, o trabalho de retomada desses territórios precisa envolver o estado e a sociedade em vários aspectos, os serviços públicos, as escolas, as polícias e as ações de reurbanização, assim como as atividades de cultura, esporte e lazer.

É preciso, ainda, planejar ações, em cada região, de curto, médio e longo prazos, levando em conta cada microbioma urbano e social. Todas as crianças e os jovens em idade escolar devem estar na escola, o dia inteiro, com aprendizado, esporte e cultura. Nenhuma criança pode ficar para trás. Os profissionais da educação devem ter treinamento para detectar crianças que sofram abusos ou que estejam expostas a crimes, ao uso de drogas ou a bebidas alcólicas, para que sejam acolhidas.

O policial precisa conhecer os moradores do local onde trabalha e ser conhecido por eles, assim como as polícias investigativa e científica devem receber investimentos. Além disso, são necessárias ações práticas para melhorar a integração entre as polícias estaduais e as guardas municipais dos diversos municípios de cada unidade da Federação. O policiamento ostensivo, que procura a prevenção de crimes, deve ser dotado de todas essas perspectivas de proximidade com a comunidade onde atua, com foco na integração dos setores de inteligência, de investigação criminal e demais áreas, a partir do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

A política de segurança pública não pode ser a do puro enfrentamento, apesar de ser necessário em determinados momentos. Devem ser propostas políticas públicas de segurança com foco na eficiência, na melhor alocação dos recursos e uso de inteligência e dados em todos os setores de segurança pública,

produzindo conhecimento útil para a elucidação de crimes.

A política das drogas também deve ser revista. O Brasil é um país que se tornou rota internacional de tráfico de drogas e de armas. Países nessa situação tendem a sofrer mais com a violência, em especial por cauda das disputas entre as facções.

Com amplo debate, a política de armas na sociedade também deve ser revista. É necessário levar em conta a realidade das zonas rurais, onde é difícil o acesso do policiamento, e, neste caso, as armas são necessárias, não somente contra invasores, mas também para serem usadas em situações de risco que envolvam animais. Por outro lado, nas cidades, o aumento de armas representou, em igual porcentagem, o aumento de crimes. A lógica da defesa individual não segue a lógica da segurança pública. Mesmo armada, a vítima estará em desvantagem, pois o agressor terá a vantagem do momento oportuno, o fator surpresa e a hegemonia da força.

Índices no mundo inteiro demonstram que vítimas armadas morrem muito mais que as desarmadas e muito mais que os agressores. O equilíbrio entre o direito a ter armas para quem coleciona ou pratica tiro esportivo deve ser buscado em relação a quem almeja proteção. Para que a sociedade não busque soluções individuais, é fundamental garantir a segurança pública com eficiência, já que todas as pessoas devem ter segurança pública, de fato.

Além disso, também é necessária a revisão da política de encarceramento. As prisões se tornaram usinas de crimes. Todas as facções do crime organizado do Brasil nasceram em prisões e de lá comandam práticas criminosas. A ideia de juntar chefes de facções em presídios federais proporcionou maior integração entre essas lideranças, o que exige, para o seu enfrentamento um monitoramento constante. Nesse cenário, uma alternativa é separar os presos por tipificação e periculosidade, além de atuar para que o Judiciário julgue com mais rapidez e eficiência.

NOVO FEDERALISMO

O Brasil se vê, também internamente, em um contexto de múltiplos desafios. Na esfera política, a enorme fragmentação do sistema partidário e a polarização política, combinadas com o populismo que não respeita as instituições democráticas, colocam a própria democracia em risco.

Na economia, os sucessivos fracassos de políticas voltadas ao crescimento econômico, a desindustrialização, a predominância de serviços de baixa complexidade e o persistente desemprego impõem um redesenho da atuação do Estado para a promoção do desenvolvimento. O Brasil deve – e pode – e pode ter uma política industrial, mas com o propósito da inserção competitiva do país na economia mundial e não na ótica do velho modelo nacional-desenvolvimentista de substituição de importações, com base no protecionismo tributário, nas reservas de mercado, no endividamento público insustentável e no financiamento via inflação, que transfere e concentra renda.

Do ponto de vista do fortalecimento das políticas públicas, a pandemia da Covid-19 mostrou a relevância do modelo tripartite e

integrado entre governos federal, estaduais e municipais, com o SUS. Um modelo deveria inspirar, também nas ações de educação e assistência social, entre outras, um novo federalismo, com a coordenação e mediação de conflitos e financiamento (suplementar, quando for o caso) federal, além de maior transparência e articulação entre as esferas estadual e municipal.

Esse novo federalismo deveria levar à rediscussão sobre a divisão de atribuições, dando ao governo federal maior responsabilidade sobre a educação básica, por exemplo. Ao mesmo tempo, esse redesenho institucional garantiria a maior participação dos entes subnacionais, de forma a garantir medidas de efetiva redução das desigualdades regionais.

Em relação às questões orçamentárias, a disseminação dos “orçamentos secretos” no âmbito da União, Estados e Municípios deve ser duramente combatida, uma vez que, além de violar os princípios constitucionais mais basilares da República, como a transparência e a isonomia na aplicação de recursos públicos, tem, na prática, representado um mecanismo de apropriação de verbas por coronéis locais, regionais e nacionais em prol de seus interesses privados e eleitoreiros.

No campo da economia, coibir o rentismo e promover o desenvolvimento do setor produtivo e das oportunidades de trabalho nos diversos entes federativos, com fortalecimento de arranjos econômicos locais, são medidas que se impõem.

A modernização do Estado em bases não autoritárias exige também um debate profundo sobre as instituições democráticas, suas falhas, o seu exercício das competências dos diversos poderes e a relevância do sistema de pesos e contrapesos entre Executivo, Legislativo e Judiciário, que precisa ser defendido contra pressões ilegítimas e ameaças de retorno do arbítrio.

REDESENHO INSTITUCIONAL PARA LIDAR COM AS TRANSFORMAÇÕES DA ERA DIGITAL

a capacidade de formação de consensos na sociedade e de enfrentamento de problemas, como a corrupção, e a captura do Estado para interesses de indivíduos ou segmentos da sociedade.

O Brasil não pode se furtar a um debate profundo sobre governança pública, inclusão e cidadania digital e limites e garantias da liberdade de expressão nesse contexto. Enfrentamos, como no resto do mundo, uma evidente crise da democracia, anunciada pela perda progressiva de legitimidade das instituições representativas e pela ineficiência das ações públicas, o que tem estimulado a emergência de populismos cibernéticos e de retrocessos autoritários.

Esse redesenho institucional não pode repetir erros do passado, que mantiveram, para a ação estatal, a estrutura burocratizada, centralista – não obstante a frágil pactuação do federalismo –, que orientou governos tão distintos quanto o de Vargas e os dos militares que impuseram a ditadura ao país.

É preciso evitar indesejáveis mecanismos de negociação e cooptação entre Executivo e Legislativo e a captura do Estado por grupos organizados em torno de uma ética que estimula e naturaliza a corrupção. Isso vale para a gestão em todos os seus aspectos, das políticas sociais às decisões de política econômica.

O tempo do Estado burocrático se tornou incompatível com o tempo da vida, isto é, não contempla as demandas dos cidadãos na velocidade exigida pelas relações contemporâneas. Por isso, é preciso um redesenho institucional para dar mais celeridade e qualidade às decisões do Estado.

É necessário e urgente fortalecer e equipar as instituições para lidar com os desafios impostos pelo novo cenário tecnológico, que gerou facilidades para organização de grupos antidemocráticos e ações de desinformação para promover o ódio e minar

Na economia, o Estado tem dois desafios prementes: (1) retomar o crescimento e a geração de empregos de qualidade e (2) integrar o Brasil na linha de frente da nova onda de transformação tecnológica, em bases sustentáveis.

É preciso, no entanto, superar a antiga crença na liderança estatal centralizada, burocratizada, protecionista e patrimonialista sobre o processo de modernização econômica – equívoco que deu espaço a projetos fracassados de “política industrial” no passado recente. As novas gerações necessitam superar o *modus operandi* que, no passado, apenas estimulou a aceleração econômica como uma permanente “fuga para frente”.

Está mais do que na hora de se adotar outra orientação, mais universalista, humanista e realista, fundada na autonomia responsável dos sujeitos sociais, individuais e coletivos, na democracia política e em suas instituições, bem como numa economia com novos padrões de sustentabilidade e de valorização do fator humano.



COMBATE À CORRUPÇÃO

A corrupção é uma chaga que corrói a capacidade do Estado de promover políticas públicas, e o combate à corrupção necessita ser levantado como bandeira forte pelo partido. Havendo corrupção, os direitos fundamentais ficam prejudicados, e o Estado não cumpre seu papel. Em outras palavras, a corrupção mata e precisa ser combatida nos municípios.

Na esteira dos redesenhos institucionais, deve ser fomentado nos municípios a busca de maior equilíbrio entre os poderes, com fortalecimento da Câmara de Vereadores para fins de exercer sua missão de fiscalização e controle.

Ainda que a legislação sobre o tema seja predominantemente de competência nacional, há espaço para a formulação de normas municipais que coíbam a corrupção e fomentem a adoção de boas práticas de gestão, compliance e governança, com transparência, publicidade e garantia de resultados no uso de recursos públicos.

Sem prejuízo da ação dos representantes e candidatos, deve ser incentivada a maior participação popular na fiscalização do uso dos recursos públicos e distribuição de cargos e funções na administração municipal, evitando proselitismo político. Nessa esteira, além de associações de moradores, os órgãos de controle, tais como o Ministério Público e os Tribunais de Contas, podem ser valiosos aliados.

Além da corrupção pública, a prevenção à corrupção privada deve ser suscitada, com bandeiras de promoção de boas práticas e fortalecimento dos mecanismos de controle e punição nas empresas e sociedade civil em geral.

Por isso, os candidatos do Cidadania devem se preparar para formular propostas de combate à corrupção que contemplem as realidades locais e sejam efetivas.

O “novo progressismo” é uma chave de interpretação da realidade e da sociedade que se contrapõe a lógicas tecnocráticas e simplificadoras do capitalismo, da globalização e da revolução tecnológica, num momento em que já não se pode mais diferenciar o destino da humanidade e o da natureza. Trata-se de confrontar e superar as visões corporativas e utilitaristas, além daquelas explicitamente ilusórias e passadistas, para instituir o vetor de um novo reformismo, não mais como expressão de interesses particularistas, mas orientado por valores civilizatórios universais.

O modo como se concebeu a industrialização nacional não preparou o setor para enfrentar a abertura comercial e a integração global. Também não foi capaz de se promover a diminuição da desigualdade entre as regiões brasileiras. Ao contrário, só as reforçou. Nas últimas décadas, a ascensão do agronegócio – que poderá tornar o Brasil o maior exportador de comida do mundo, em 2025 e, pouco a pouco, incorpora a preocupação com a sustentabilidade de suas práticas – revela não só a preparação do setor para se

UM “NOVO PROGRESSISMO” NAS CIDADES

integrar à globalização como também a superação de vícios que carregou em sua trajetória, de baixo conteúdo tecnológico e excessiva dependência da baixa remuneração da mão de obra.

Por isso, as eleições municipais são uma oportunidade de reavaliação profunda dos impactos nas cidades tanto das estratégias passadas de enfrentamento dos problemas conjunturais quanto em sua dimensão longa, estrutural. Ao lado das indispensáveis iniciativas para se investir em matrizes energéticas mais sustentáveis e não

poluentes, esse debate deve tratar da necessidade de reorganização da indústria, de maior e mais eficiente internacionalização da economia e do (re)nascimento da economia primária exportadora como uma oportunidade e não como um retrocesso.

Hoje, os setores mais dinâmicos da economia das cidades são a construção civil e o setor automotivo. A desindustrialização e a economia informal geram empregos de menos qualidade e reduzem a massa salarial.

AGRONEGÓCIO É VANTAGEM ESTRATÉGICA

É preciso articular o debate sobre o futuro do agro à questão ambiental. Apesar do conhecido recuo nas políticas ambientais nos últimos anos, o Brasil já foi capaz de mostrar competência e planejamento ao reduzir um dos principais fatores de emissões de gases de efeito estufa, o desmatamento, em escala não atingida por nenhum país na história, no período entre 2004 e 2012, com a queda de 87% na derrubada da floresta, resultando em queda de 67% das emissões do país causadoras de mudança climática.

Essa redução, alcançada com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), mostrou ser possível articular medidas essenciais de comando e controle, na repressão a ilegalidades, com iniciativas capazes de tornar a floresta em pé mais valiosa do que sua derrubada. Devemos retomar e atualizar as políticas de sucesso, interrompidas por um governo irresponsável e danoso do ponto de vista ambiental.

Nesse mesmo sentido, o trabalho escravo deve ser veementemente combatido, com a união de instituições e das diferentes esferas de governo a fim de erradicar esse mal que ainda assola a Nação.

O avanço do agronegócio deve ser visto como oportunidade e não um retrocesso, uma vantagem estratégica do país por ser vocação natural do Brasil na divisão internacional do trabalho. A maioria das cidades emergentes, com mais dinamismo econômico e elevação da renda na hinterlândia brasileira, cresce acoplada ao agronegócio, em um modelo de construção para a economia das cidades que deve ser reconhecido e valorizado. Para isso,

deve ser criado um ambiente político favorável ao predomínio das características virtuosas do setor registradas nas últimas décadas (tecnologia, produtividade, cuidado ambiental e incorporação dos elementos da economia verde) sobre elementos arcaicos que, embora menores, insistem em se perpetuar.

Dessa associação entre a economia verde e o agronegócio sairão as oportunidades para o país nas próximas décadas. Este desenvolvimento pode ser o motor de uma nova indústria nacional, menos amparada em proteção e subsídio e mais sustentada na relação com os setores nos quais há maiores vantagens produtivas.

A agricultura familiar deve ser prestigiada e também deve estar aliada a esse movimento, de modo que seu desenvolvimento seja incentivado e fomentado à luz de incentivos ao empreendedorismo rural e de políticas públicas que garantam sua sustentabilidade econômica e ambiental.

Dessa união e transformação, o país deve se fortalecer como referência na produção de alimentos para o mundo.



NOVO PARADIGMA PARA A AMAZÔNIA

Um projeto nacional tem de levar em conta as expectativas de uma vida mais próspera para os 38 milhões de brasileiros – 12% da população brasileira vive na Amazônia, o que torna inviável, iníquo e ineficaz tratar toda a floresta como parque intocável. Um bom exemplo é a Zona Franca de Manaus, que continua sendo o polo mais dinâmico e moderno da economia regional. Nesse aspecto, a reestruturação das cadeias globais de valor abre uma oportunidade para que a capital de Amazônia seja uma ponte para a integração da indústria à economia global.

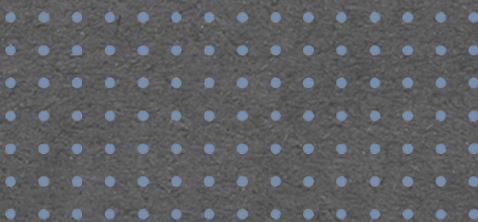
Ao lado de medidas para impedir a exploração insustentável e pouco produtiva da pecuária e mineração na região, é preciso investimento para criar tecnologia e conhecimento para aproveitar o potencial incalculável de descobertas farmacológicas e químicas a partir da biodiversidade da floresta amazônica. Trata-se de criar uma economia da floresta, gerando produtos, tecnologias e externalidades.

É por isso que a Amazônia deve ser vista como oportunidade para o Brasil se inserir no novo paradigma tecnológico que gera a

chance de uma eficaz redução da desigualdade de renda, aproveitando, inclusive, mecanismos e disposição nas nações mais ricas de remunerar a contribuição do país para mitigar e eliminar o maior problema da humanidade.

A manutenção da floresta atende a pelo menos três objetivos estratégicos: contribuição no combate às mudanças climáticas (que deve ser remunerada pela comunidade internacional); preservação da biodiversidade (com potencial incalculável de produtos a serem desenvolvidos a partir dela); e o futuro do agronegócio e das cidades no Sul e Sudeste (para o quê a umidade criada e transportada pela cobertura de vegetação é vital e indispensável).

Nesse contexto, o país necessita de um projeto nacional de financiamento e fomento à biosocioeconomia industrial que contemple os anseios e peculiaridades locais e regionais e se constitua em alternativa à mera política de exportação de bens primários.



No contexto do urbanismo contemporâneo, inspirado pelos princípios de Jane Jacobs, emerge um modelo de desenvolvimento urbano que equilibra segurança pública, lazer e sustentabilidade. Este modelo defende a criação de cidades densamente povoadas, onde a mistura diversificada de usos e a proximidade de serviços e amenidades contribuem para a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Ao promover ambientes urbanos onde as pessoas possam caminhar com segurança e terem fácil acesso a espaços de lazer bem estruturados, como praças e parques bem iluminados, cria-se uma atmosfera vibrante e segura que fomenta a interação social e as atividades comunitárias.

Paralelamente, este planejamento urbano enfatiza a redução da dependência de veículos motorizados, incentivando o uso de bicicletas e o deslocamento a pé. Esta abordagem não só melhora a mobilidade urbana e reduz o tempo perdido em trânsito, mas também contribui significativamente para a sustentabilidade ambiental, diminuindo as emissões de carbono. Assim, a visão de Jacobs para o urbanismo moderno harmoniza segurança, lazer e responsabilidade ecológica, criando cidades que não só são mais seguras e divertidas de se viver, mas também mais verdes e sustentáveis.

LAZER

No livro *The Economy of Cities*, a jornalista americana Jane Jacobs propõe um modelo urbanístico no qual as cidades devem ser planejadas com foco na vida e nas interações humanas. Seguindo seus princípios, a criação de espaços públicos seguros e atraentes para o lazer dos jovens é uma política pública essencial. Jovens, muitas vezes sem renda própria, dependem de espaços públicos acessíveis e convidativos para seu lazer e bem-estar social.

Um aspecto chave para alcançar isso é a "caminhabilidade". Bairros e áreas urbanas onde é fácil e agradável caminhar promovem não apenas a saúde e o bem-estar, mas também a segurança. Ruas com calçadas amplas, bem conservadas e conectadas incentivam os jovens a explorar suas comunidades a pé. Isso aumenta a presença de pessoas nas ruas, o que, por sua vez, contribui para a segurança pública, conforme o conceito de "olhos na rua" de Jacobs. Além disso, a presença de comércio variado é vital. Lojas, cafés e pequenos negócios criam uma atmosfera vibrante e aumentam o número de pessoas nas ruas em diferentes horários. Esta diversidade de atividades comerciais não apenas enriquece a experiência urbana, mas também serve como um elemento dissuasor natural contra o crime.

A iluminação adequada em parques, praças e quadras esportivas é outro elemento crucial. Espaços públicos bem iluminados são percebidos como mais seguros e, portanto, mais convidativos. Uma boa iluminação estende a usabilidade desses espaços até após o anoitecer, o que também

pode ser essencial para jovens que frequentemente buscam locais para interação social e atividades recreativas no final do dia. Esses ambientes de convívio público bem projetados e mantidos são fundamentais para a vida social dos jovens. Eles oferecem um local para encontros, esporte, relaxamento e expressão cultural. Tais espaços se tornam ainda mais importantes em comunidades carentes, onde opções de lazer privado, como restaurantes e cinemas, podem ser inacessíveis devido ao custo.

Portanto, a aplicação dos conceitos de urbanismo de Jane Jacobs na criação e na manutenção de espaços públicos seguros e atraentes é uma política pública primordial para a juventude. Esses espaços não apenas promovem o lazer e o bem-estar dos jovens, mas também contribuem para uma comunidade mais coesa, segura e vibrante. Ao investir em ambientes urbanos que priorizam as necessidades e a segurança dos jovens, as cidades não apenas enriquecem a experiência da juventude, mas também fortalecem o tecido social urbano como um todo.



Jane Jacobs mostra que, ao retirar restrições para se construir e permitir o adensamento, as cidades funcionam de maneira mais eficiente. Isto eleva a oferta de moradias nas regiões centrais, reduzindo os preços das casas e apartamentos, e permite que um número maior de pessoas tenha acesso ao centro e aos principais serviços sem precisar se deslocar grandes distâncias, além de poder tornar o sistema de transporte público mais eficiente e as bicicletas mais atraentes do que os carros. Como consequência, além da redução de emissões de carbono, tema caro para a juventude, a promoção das bicicletas como meio de transporte gera ganhos para a saúde da população, em termos de atividade física, de qualidade do ar e até mesmo de saúde mental, uma vez que o excesso de carros e poluição sonora torna a cidade mais hostil e é um conhecido fator gerador de ansiedade.

PREPARAR AS CIDADES PARA O PROTAGONISMO DO SÉCULO XXI

As demandas do século XXI, neste terceiro século de Brasil independente, são muitas e diversificadas, como se vê acima; e a resposta a elas é crucial para o país como novo ator político, ainda em formação, em busca de si mesmo e de seu lugar no mundo.

Há, ainda, os ajustes e criação de regras necessários para garantir respostas adequadas às mudanças provocadas pelo mundo digital e de alta tecnologia, da proteção à privacidade e a novas normas de segurança jurídica para a regulação dos usos da robótica, da inteligência artificial, da manipulação genética e da gestão de riscos globais.

dos conceitos obsoletos ainda incorporados na mentalidade, de equívocos dos diagnósticos passados e de resultados bons e ruins de experiências anteriores. E, principalmente, enfrentar tabus relacionados aos modelos explicativos e a parâmetros analíticos, a fim de se incentivar um debate mais amplo e arejado em favor do desenvolvimento econômico e social para o futuro.

É neste cenário e com esses objetivos que se deve formular propostas programáticas

nas eleições municipais. Por isso, esse texto é um ponto de partida para o debate e um estímulo à construção de consensos em torno de soluções sustentáveis e estruturantes para os problemas urbanos e sociais, no contexto de um Brasil democrático. Que seja possível avaliar e aprender com os equívocos do passado para não repeti-los e construir uma estrada segura e sustentável para o futuro, com maior desenvolvimento, renda e igualdade. Se tiver que escolher cinco agendas universais para a cidade Brasileira, a partir da realidade dos municípios, obrigatoriamente estariam na pauta a educação de qualidade, sem a qual não é possível crescer de forma sustentável e edificar uma cultura cidadã; a saúde pública, uma questão cada vez mais estratégica em razão do envelhecimento da população e da “guerra contra os vírus”, por causa das endemias e novas pandemias; a violência e a insegurança pública, que agravam-se com a territorialização do crime organizado, sobretudo o tráfico de drogas e as milícias; o problema da habitação, que degrada as cidades e gera aumento da população em situação de risco nas ruas; e a má qualidade do modelo de transporte coletivo, que impede a expansão das cidades num quadro urbano aceitável de qualidade de vida.

O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

A falta de avanços e, pior, os retrocessos nas conquistas sociais no país prejudicam e podem inviabilizar um importante patrimônio histórico que sustentou a relevância do Brasil na região e na sociedade internacional. Dono do maior e ainda diversificado parque industrial da América do Sul, o país é plural em seus relacionamentos com os grandes atores globais e comprometido com o respeito aos direitos humanos, à autodeterminação dos povos e aos princípios de não intervenção e de igualdade entre os Estados. O Brasil deve zelar por sua história de defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos, do repúdio ao terrorismo e ao racismo e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Nessa linha, o Cidadania e seus candidatos não podem tergiversar na defesa de cessar-fogo imediato nos mais diversos conflitos, na promoção de ajuda humanitária aos afetados e no fomento às políticas de reconstrução.

A defesa desses princípios constitucionais essenciais e das diretrizes democráticas internacionalmente reconhecidas é importante conquista diplomática na conjuntura global em que se desenha um novo mundo multipolar, com o recesso da hegemonia norte-americana; a emergência da China como grande potência global, econômica e bélica; a consolidação do bloco europeu; e o grande ativismo de atores relevantes em busca de protagonismo, como a Rússia e os países do bloco europeu.

Entretanto, nos últimos anos, em função do choque de civilizações entre Ocidente e Oriente e da decadência da hegemonia norte-americana, o multilateralismo não vem dando conta do enfrentamento dos problemas globais, apesar da prioridade da questão ambiental, em razão do aquecimento global, e cresce a instabilidade política entre as nações, agravada pela invasão da Ucrânia pela Rússia e a guerra na Faixa Gaza. O conflito foi provocado por um ataque terrorista do Hamas, que não justifica, porém, o massacre de civis provocado pela dura retaliação de Israel.

Embora tenha recuperado o seu papel na cena mundial, o Brasil não pode resolver sozinho boa parte dos dilemas que enfrenta neste início do século XXI. É preciso ter em vista, permanentemente, que o país se situa em um quadro comum de problemas globais, entre eles os desafios permanentes da consolidação da democracia e da inserção ativa do país na globalização, com um propósito irrecusável de defesa e afirmação da sustentabilidade econômica e ecológica. Qualquer política de desenvolvimento que venha a ser traçada precisa identificar com clareza qual deve ser o lugar na economia global e como chegar lá.

O combate à pandemia da Covid-19 é um exemplo recente do tipo de ameaça que a humanidade pode enfrentar, da necessidade de atuação coordenada entre os países e de uma política mundial de segurança sanitária eficiente. É um exemplo, também, das consequências dos desequilíbrios provocados pela humanidade no meio ambiente, que resultaram no que, talvez, seja o principal problema a ser enfrentado em escala global, por ameaçar a própria vida no planeta: o aquecimento global e a perda da biodiversidade terrestre.



AQUECIMENTO GLOBAL, DESAFIO PRELENTE

As emissões de gases de efeito estufa, com suas consequências para a mudança do clima e o aquecimento global, são uma questão mundial que se sobrepõe a qualquer outra. Se não enfrentado imediatamente, esse desafio dará lugar a um cenário de terror e provocará uma imprevisível mudança civilizacional.

Essa ameaça impõe mudanças de hábitos e valores e, como outros temas que se imaginava mais que estabelecidos pela ciência (a importância das vacinas, entre eles), tem sido recebida com negacionismo alimentado por líderes populistas e grupos mal-informados ou mal intencionados.

Apesar da irresponsabilidade desse “novo reacionarismo”, as manifestações do fenômeno já estão aí: novas endemias e pandemias provocadas pelo deslocamento de animais de seu habitat natural e seu encontro com povoações humanas; da mesma forma que os eventos climáticos extremos e inéditos, como inundações, secas, ondas recordes de calor, tempestades e derretimento do gelo em regiões polares.

Ainda que com preocupante lentidão, os principais atores globais têm promovido, desde 1992 (ano da Convenção do Clima, na ECO-92), iniciativas que devem ser apoiadas e reforçadas para lidar com esse problema e seus desdobramentos. Nesse aspecto, cresce a importância da COP 28, que se realizará em Belém (PA), e a atenção para que sua preparação não se ocorra apenas com a engajamento da sua cidade sede, mas de todas as cidades brasileiras em razão das metas de combate ao aquecimento global que precisam ser alcançadas.

OPORTUNIDADES NA REVOLUÇÃO VERDE

É relevante reforçar que o combate ao aquecimento global também é uma oportunidade para as cidades brasileiras. Em diversos países, o avanço tecnológico aponta para soluções que, somadas e articuladas, podem reduzir os danos já contratados pela população global com o volume de carbono já lançado na atmosfera.

Abrem-se, assim, enormes oportunidades de desenvolvimento com essas iniciativas – do aumento da eficiência da energia renovável (principalmente solar e eólica) à substituição de combustíveis fósseis, adoção de novos materiais, técnicas e processos na construção e na produção global, novos processos de produção de alimentos e métodos de captura do estoque de carbono na atmosfera, além das mudanças necessárias no modelo de transporte.

Entretanto, assim como o investimento em tecnologias militares apoiou revoluções tecnológicas e econômicas, este novo paradigma econômico e tecnológico tende a criar um novo fosso entre os desenvolvedores

dessas tecnologias - e de novos setores e processos - e o restante dos países.

A competição por aquisição de capacidades e influência mundial também se dá nesse campo. Nos Estados Unidos, o governo Biden, apesar da equivocada oposição do Partido Republicano, lançou o que chama de New Green Deal. A Europa amplia seus recursos orçamentários em iniciativas para garantir emissão de zero carbono. A China tornou-se líder em energia fotovoltaica, tecnologias de ponta em transporte ferroviário e no reflorestamento. Busca-se, então, nessas economias de ponta, aproveitar o que esses avanços provocam de dinamismo e aumento da eficiência. E não é só na disputa pela liderança da Revolução Verde que o cenário internacional vem sendo redesenhado.

Essa situação exige do Brasil novas estratégias e novos projetos de parcerias e posicionamento na esfera global e, no âmbito interno, o fomento a um modelo de produção e consumo que possa, por exemplo, reafirmar o compromisso com as metas alinhadas nas conferências sobre o clima e de redução da emissão de carbono, sem, contudo, abrir mão dos interesses geopolíticos nacionais.

A unipolaridade ensaiada com a derrubada do muro de Berlim e o colapso do Império Soviético deu lugar a uma nova situação de clara disputa por influência global, especialmente por parte dos Estados Unidos e China, com momentos de tensão, como os incidentes de agosto em torno de Taiwan e ações hostis e de espionagem no ciberespaço. As guerras da Ucrânia e de Gaza aumentam as tensões no Leste europeu e no Oriente Médio. A necessária equidistância do Brasil em relação a seus mais importantes parceiros comerciais e de investimento impõe uma consistente articulação diplomática, inclusive internamente, do Estado brasileiro. O Brasil não pode se deslocar do eixo ocidental, ainda que suas relações comerciais sejam predominantemente com o Oriente.

O setor privado, por meio das grandes empresas globais e da movimentação do capital de risco, também atua nesse cenário, para além das fronteiras nacionais e até no mundo virtual, tornando mais complexas as decisões e intervenções dos governos e a tomada de decisão por agentes econômicos.

O esforço dos governos para constituir instituições multilaterais sofreu retrocessos nos últimos anos; o uso do comércio e das finanças como arma geopolítica ganhou nova dimensão com as disputas entre potências globais; e um enorme poder hoje é prerrogativa de grandes empresas de tecnologia com acesso incalculável e instantâneo a dados minuciosos sobre os cidadãos em todo o planeta.

O Brasil precisa de uma estratégia clara para orientar sua articulação com outros países no gerenciamento desse desafio transnacional.

A facilidade de conexão no universo virtual e a insatisfação com os resultados econômicos e sociais prometidos pelos líderes políticos levou a uma perda de influência dos partidos políticos tradicionais e à ascensão de indivíduos e grupos populistas com discurso antissistema e pouco apreço às instituições encarregadas de preservar a ordem democrática.



24 DE MAIO, 2024
GRUPO DE TRABALHO FAP/ CIDADANIA23



OBSERVATÓRIO

CIDADANIA



**RELATÓRIO DE CONJUNTURA
MACROECONÔMICA**

Benito Adelmo Salomão Neto¹

¹ Doutor em Economia pelo PPGE/UFU

Na última semana de fevereiro, foi divulgado pelo IBGE o Produto Interno Bruto (PIB) referente ao ano de 2023. O dado veio positivo indicando que, naquele ano, a economia brasileira havia crescido 2,9%. Apesar das nuances que devem ser observadas em mais detalhes, o crescimento de 2023 soma-se ao bom resultado de 2022 (3%) e indica que os anos de crescimento baixo resultantes da crise de 2014-17 ficaram para trás. O Brasil parece sair de uma década caracterizada pelo baixo crescimento do PIB e estagnação dessa variável em seu conceito per capita, e ingressar em um momento em que se mostra capaz de esboçar algum crescimento econômico. Três questões surgem a partir dos dados conhecidos relativos à 2023:

i) Qual a duração dessa nova fase de crescimento da economia brasileira?

ii) Qual será a magnitude dessa nova fase?

iii) Qual o papel da política macroeconômica nesse novo contexto?

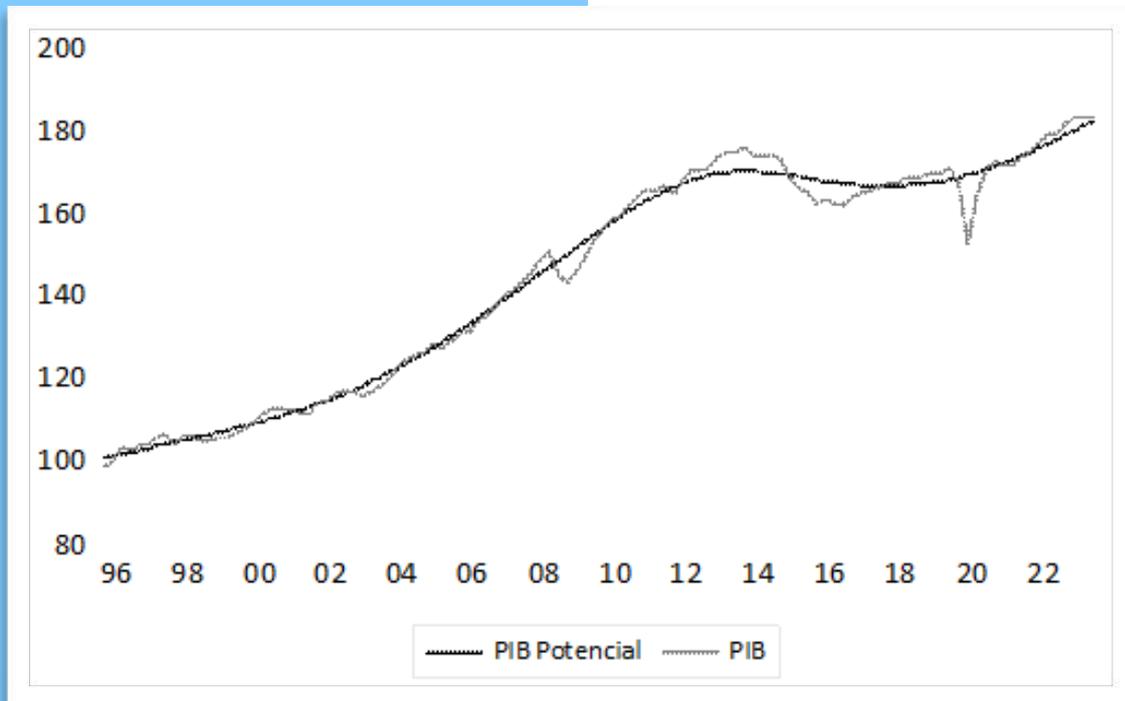
Para responder a primeira questão convém analisar os dados do PIB fornecidos pelo IBGE, o Gráfico 1, decompõe o índice trimestral do PIB com ajuste sazonal a partir de uma ferramenta estatística denominada Filtro de Hodrick Prescott. Tal ferramenta é muito útil na análise econômica por permitir a decomposição de uma série temporal entre tendência e ciclos. Para fins dessa análise, a tendência revela a dinâmica de longo prazo da economia brasileira, ao passo que a diferença entre o PIB e a sua tendência (os ciclos) reporta a dinâmica de curto prazo. Analisando primeiro a série estimada para o PIB potencial, percebe-se que a tendência de longo prazo andou de lado por praticamente toda a década de 2010 e voltou a apresentar algum crescimento na saída da pandemia. Tendência esta que não foi interrompida desde então.

Já no que se refere à dinâmica do PIB propriamente dito, observa-se que em grande parte do gráfico ele caminha pari passu com sua tendência. Porém, alguns desvios significativos dessa tendência são observados. Começando pelos desvios negativos, eles foram verificados em 2008-09 devido à crise financeira do subprime, em 2014-16 em função da crise da Nova Matriz Heterodoxa construídas nos governos Lula II e Dilma I, e 2020 devido à pandemia de Covid-19. Esses desvios negativos foram as três recessões que acometeram o país nas últimas duas décadas. Um longo desvio positivo do PIB em relação ao seu potencial foi verificado entre 2011 e 14 tendo sucedido a crise de 2008-09 e precedido a crise da Nova Matriz, essa expansão pode ser considerada uma bolha de crescimento econômico estimulada por medidas ruins de políticas macro e, principalmente, microeconômicas.

Agora, novamente a atividade econômica observada pelo Gráfico 1 encontra-se acima do seu potencial de longo prazo. Duas informações importantes podem ser extraídas dos dois anos finais desse gráfico: primeiramente, como já dito anteriormente, a dinâmica de longo prazo foi modificada e o PIB potencial de hoje é maior do que foi na última década. Em segundo lugar, o crescimento de 2023 – e em alguma medida também o de 2022 – indicam que a economia brasileira está aquecida, ou seja, que ela vem crescendo acima do seu potencial e isso está relacionado a uma gama de políticas econômicas observadas desde a saída da pandemia.



Gráfico 1 – Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nota: PIB potencial estimado via Filtro de Hodrick Prescott.



Algumas políticas podem ser listadas como responsáveis por essa nova fase de aquecimento da economia brasileira, particularmente a política fiscal. O fato de o país não ter sido capaz de controlar, por vias das medidas de isolamento recomendadas, as ondas da pandemia, obrigou o governo a manter o pagamento do auxílio emergencial por mais tempo do que teria sido necessário caso a pandemia tivesse sido controlada. Na saída da pandemia, o avizinhamento das eleições criou o incentivo para o governo perenizar no programa Bolsa Família, o valor pago – de R\$600 – do auxílio emergencial. O pagamento desse valor aos beneficiários do programa e de outros benefícios criados naquela época – tais como o subsídio aos combustíveis – se viabilizaram devido a quatro fatores que foram observados entre 2021 e 22:

i) O efeito multiplicador do crescimento do PIB na saída da pandemia sobre a arrecadação do governo, o que somado à expansão internacional do preço das commodities resultou em uma arrecadação recorde em 2022.

ii) Também o subfinanciamento de inúmeras políticas outras que viram seu orçamento minguar, tais como o congelamento real do salário-mínimo, orçamento discricionário de Universidades, bolsas de pós-graduação, merenda escolar entre inúmeras outras rubricas.



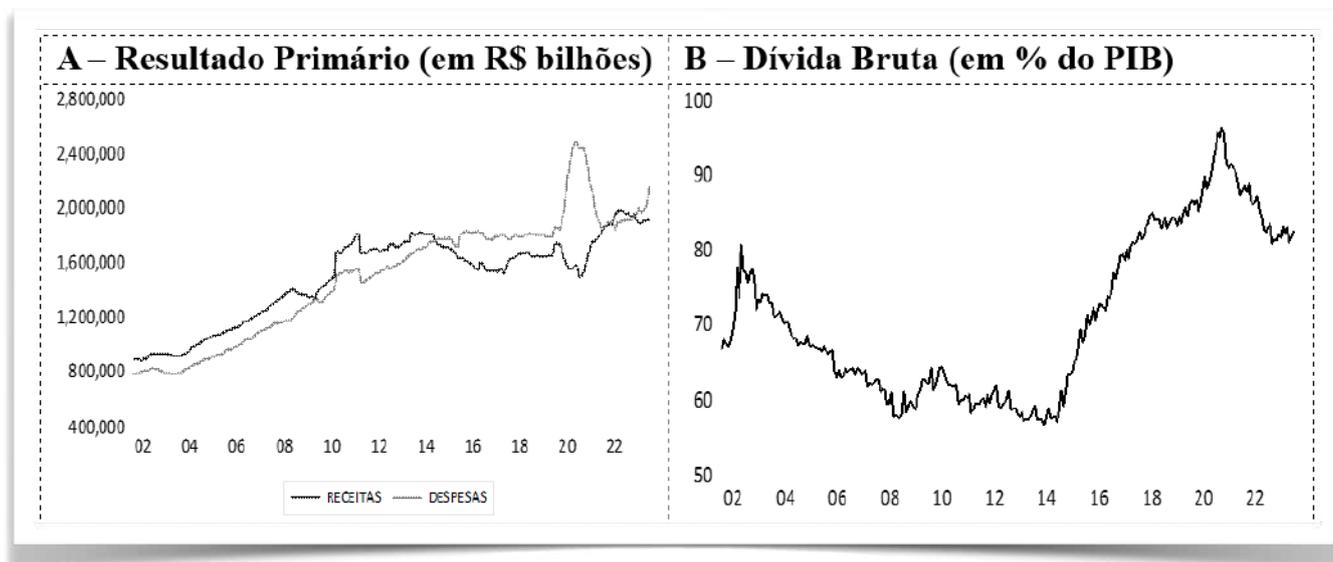
iii) A postergação do pagamento de precatórios que foram rolados para legislaturas posteriores e;

iv) O colapso do sistema de regras fiscais brasileiras, em particular o teto de gastos que foi revogado em meados de 2023.

Mais do que o impacto fiscal, a perenização de um programa de transferência de renda cujo piso do benefício é R\$600 no avizinhamento das eleições, criou uma armadilha política, ambos os candidatos viáveis tiveram que se comprometer com a manutenção daquele desenho do programa. Vitoriosa a coalisão de oposição nas eleições, os esforços foram direcionados para conciliar a manutenção do programa com a recuperação do financiamento das políticas públicas citadas em (ii). A solução foi terminar de implodir o teto de gastos que amarrava a contratação de novas despesas e investir na pauta arrecadatória em curso até o presente momento. Evidentemente que a estratégia teve e ainda terá impactos sobre a sustentabilidade fiscal que pode ser vista sob a perspectiva do resultado primário (Figura 2 A) e da dívida pública (Figura 2 B).

Começando pelo endividamento público (Gráfico 2B), aqui o indicador escolhido foi a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) enquanto percentual do PIB, percebe-se uma clara expansão a partir da crise da Nova Matriz Heterodoxa de 2014 seguida de uma estabilidade a partir de 2016 – ano da aprovação do teto de gastos. Novamente a partir da pandemia em 2020 o endividamento público voltou a expandir atingindo o máximo da série histórica, desde então, os supracitados efeitos cíclicos sobre as receitas, somado a alguns artificialismos técnicos sobre o quais não se deve alongar, resultaram em uma queda da dívida para próximo de 83% do PIB, hoje esse indicador apresenta um viés de alta.

Figura 2 – Resultado Fiscal e Dívida do Governo



Fonte: Dados da receita e despesa primária obtidas no Tesouro, dívida bruta obtida via BCB.

Nota: dados primários a preços constantes de dezembro de 2023.

O resultado primário também estende resultados ruins há pelo menos uma década, como pode ser visto no Gráfico 2A, o governo federal brasileiro mergulhou em uma década de déficits fiscais. Ora maiores, ora menores, esses déficits tendem a ter efeitos perniciosos sobre o crescimento e a estabilidade macroeconômica do país. Sobre o crescimento econômico, o déficit fiscal indica que a poupança do governo é negativa, isso terá efeitos sobre a poupança agregada e, conseqüentemente sobre a acumulação de capital como se vê na Figura 3A. A literatura econômica entende o crescimento de longo prazo – o PIB potencial descrito no Gráfico 1 – como uma função dos fatores de produção capital e trabalho, além da produtividade. Essa literatura argumenta, ainda, que a acumulação de

capital a longo prazo é financiada pela capacidade doméstica de se gerar poupança. Por essa perspectiva, déficits fiscais que afetam negativamente a poupança agregada limitam a capacidade de crescimento a longo prazo.



Voltando à discussão do Gráfico 1, está claro que a tendência de crescimento de longo prazo da economia foi modificada na saída da pandemia, e que o Brasil não voltará a apresentar as taxas pífias de crescimento da década anterior. Porém, como se vê, essa tendência apresenta alguns limites (tal como a falta de poupança interna) e não se deve esperar nenhum movimento mais robusto de crescimento. Um outro vetor limitante a um crescimento econômico mais sustentado é a taxa de juros que é apresentada na Figura 3B. Isso porque a taxa real neutra de juros pode ser definida de duas maneiras: primeiramente, sendo aquela que iguala o PIB ao PIB potencial. Ou ainda, como a taxa de juros que iguala a poupança agregada ao investimento.

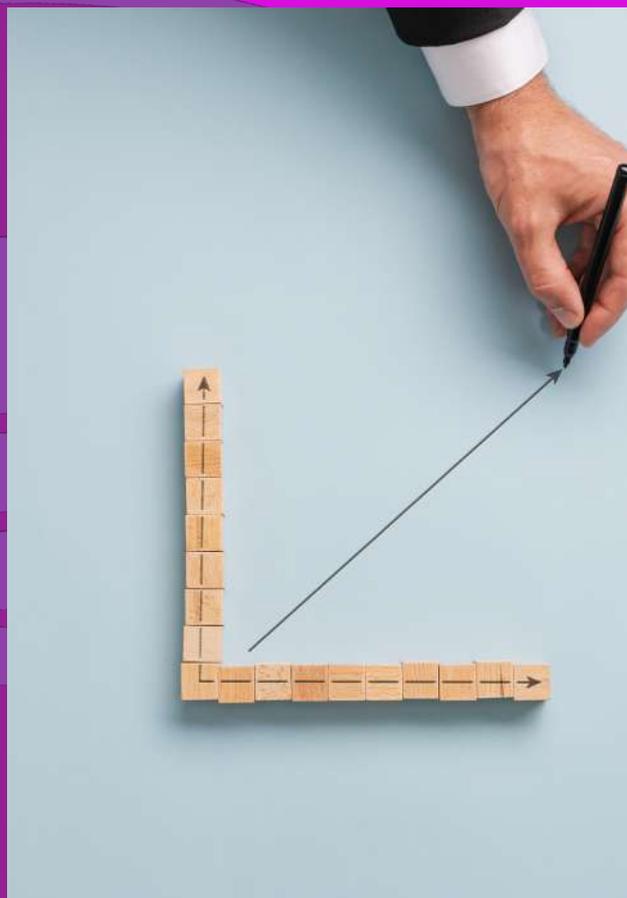
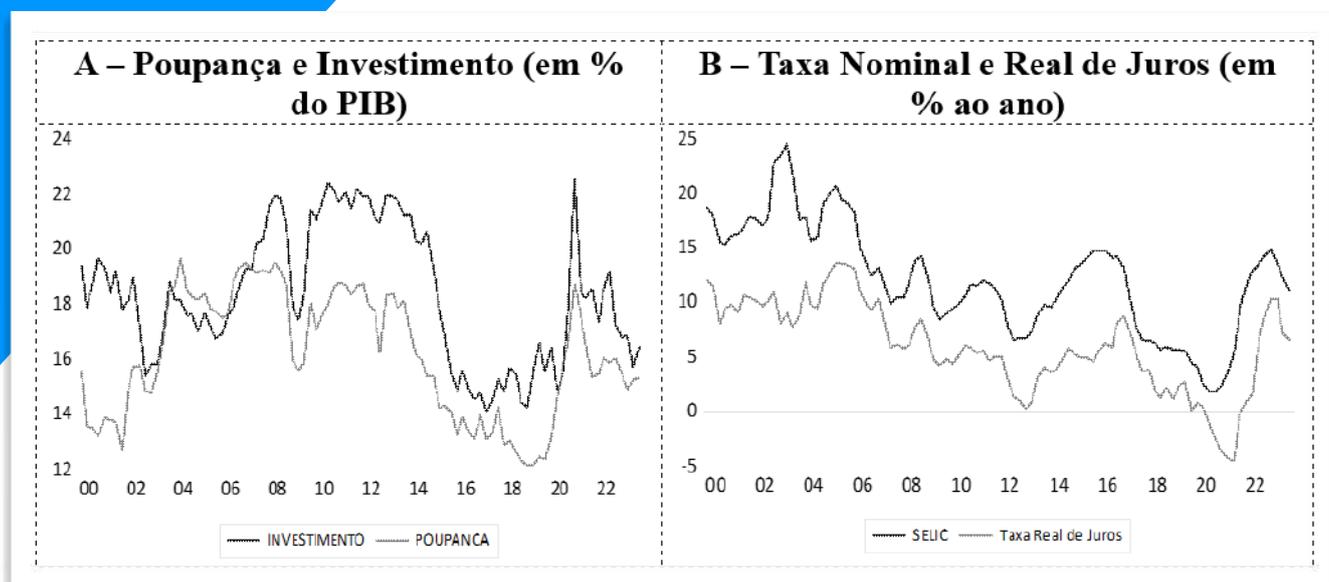


Figura 3 – Poupança e Investimento Agregados e Taxa Nominal e Real de Juros



Fonte: Dados de Poupança e Investimento obtidas a partir das Contas Nacionais do IBGE, Série da Selic obtida via BCB.

Nota: i) Séries da Poupança e Investimento dessazonalizado por ARIMA 12; ii) Selic Over; iii) Selic real deflacionada pela inflação corrente; iv) Séries da Selic trimestralizadas pelo fim do período.

Como foi visto no Gráfico 1, o PIB no Brasil está acima do seu potencial estimado. Isso tende a resultar em uma taxa real de juros estruturalmente alta e acima da neutra, logo, o Banco Central deverá manter a política monetária no terreno contracionista até que o déficit fiscal apresentado anteriormente seja corrigido. Isso significa que a Selic, embora em queda, deverá encontrar um piso a partir do qual ela não pode descer sob pena de causar pressões inflacionárias. Em outras palavras, dado que a taxa real de juros se encontrava em dezembro em torno de 6,7% ao ano, supondo uma taxa neutra próxima 5,5%, isso significa que a política monetária está no campo contracionista. O Banco Central do Brasil vem cortando a taxa nominal (Selic) que se encontrava em dezembro próxima a 11,25%.

Supondo que a inflação ceda e convirja para a meta, é possível que ao longo de 2024 a Selic receba novos cortes e chegue próxima a 9% ou 9,5%. É difícil saber a priori exatamente em qual patamar o ciclo de queda da Selic irá se encerrar, se a convergência da inflação para a meta for mais célere e consistente, é possível que a Selic feche mais próxima de 9%, caso o IPCA se mostre mais resiliente, é possível que os cortes na Selic sejam mais parcimoniosos. Isso, entretanto, é de importância secundária. O que importa aqui é saber que sem um encaminhamento mais estrutural para a questão fiscal, a taxa neutra de juros permanecerá elevada e, com ela, a taxa real deverá ser mantida igualmente em patamar elevado.

